

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

(Da Sra. BENEDITA DA SILVA)

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para estabelecer o direito das pessoas com mobilidade reduzida de não passar por roletas e catracas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para estabelecer o direito das pessoas com mobilidade reduzida de não passar por roletas e catracas.

Art. 2º O art. 14 da Lei nº 12.587, de 2012, passa a vigorar acrescido dos seguintes inciso V e § 2º, renumerando-se o parágrafo único para § 1º:

“Art. 14

.....
V – se pessoa com mobilidade reduzida, nos termos do art. 3º, inciso IX, da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, embarcar ou desembarcar por acesso adequado, sem passar obrigatoriamente por catracas ou roletas.
.....

§ 2º O direito estabelecido no inciso V do caput não dispensa o pagamento das tarifas aplicáveis na utilização dos serviços.”
(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O direito de ir e vir, consagrado no art. 5º, inciso XV, da Carta Magna, é um dos pilares que sustentam a liberdade da qual gozam os cidadãos de uma nação democrática e justa. Essa liberdade é essencial para que o ser humano possa viver plenamente, ser produtivo e atingir objetivos e realizações.

Contudo, em alguns aspectos, as soluções adotadas pela sociedade na vida moderna deixam de considerar parcela importante da população, que acaba à sua margem, sem condições de exercer direitos básicos. As soluções de transporte urbano disponíveis atualmente, a despeito dos esforços legislativos e da sociedade civil organizada, ainda oferecem barreiras importantes para as pessoas com mobilidade reduzida.

Terminais, plataformas e, principalmente, veículos, frequentemente apresentam configuração cuja concepção visivelmente não considerou grávidas, obesos, idosos ou quaisquer pessoas com a mínima dificuldade de locomoção. Quando apresentam alguma adaptação, geralmente se trata de ajustes que parecem terem sido providenciados com o único objetivo de satisfazer o mínimo exigido pela fiscalização, sem colocar o bem-estar da pessoa com mobilidade reduzida no foco da ação.

As catracas e roletas de cobrança representam o ápice desse pensamento. O afã de recolher as tarifas e controlar o embarque e desembarque parece não permitir que se considerem as dificuldades que as pessoas com mobilidade reduzida enfrentam ao transpor essas estruturas.

Assim, nossa proposta visa a estabelecer que aqueles que têm dificuldade em passar por esses dispositivos possam ser dispensados de acioná-los, embarcando e desembarcando da maneira mais conveniente possível. Essa medida não dispensa o passageiro do pagamento da tarifa, e, portanto, não representa qualquer prejuízo ao operador do serviço de transporte. Representa, todavia, enorme avanço no conforto e na segurança dos passageiros com mobilidade reduzida. Não configura privilégio ou benefício a grupo específico, mas medida capaz de oferecer condições para que essas

peessoas exerçam seus direitos em igualdade de condições com os demais cidadãos.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para vermos aprovada a matéria.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Deputada BENEDITA DA SILVA

2019-8214